

Atvos Bioenergia Eldorado S.A.

(anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) - CNPJ nº 05.620.523/0001-54

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras em 31/03/2024 e 2023, acompanhadas das principais notas explicativas.

São Paulo, 28 de junho de 2024

Balanço patrimonial - 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Nota 31/03/2024	31/03/2023		Nota 31/03/2024	31/03/2023
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	5 (a) 231.786	151.890	Fornecedores	15 81.656	72.670
Contas a receber de clientes	6 25.588	14.985	Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15 54	19.758
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7 172.958	152.432	Empréstimos e financiamentos	16 1.853	2.458
Ativo biológico	8 164.302	70.234	Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	16 -	38.274
Tributos a recuperar	9 41.970	48.961	Passivos de arrendamento	14 (b) 54.907	51.262
Partes relacionadas	10 (a) 5.666	11.464	Instrumentos financeiros derivativos	30 16.124	-
Instrumentos financeiros derivativos	30 30.229	-	Salários e encargos	17 17.057	11.078
Outros créditos	7.059	11.688	Tributos a recolher	18 (a) 4.928	3.631
Total do ativo circulante	679.558	461.654	Tributos parcelados	18 (b) -	10.892
Ativo não circulante			Adiantamentos de clientes	19 3.128	14.916
Aplicações financeiras	5 (b) 10.565	11.961	Partes relacionadas	10 (a) 6.111	4.771
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7 59.969	36.822	Total do passivo circulante	186.194	229.731
Tributos a recuperar	9 25.791	9.622	Passivo não circulante		
Partes relacionadas	10 (a) 33.819	117.069	Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15 -	51
Depósitos judiciais	24 (c) 2.808	4.465	Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	16 1.987	5.289
Outros créditos	1.621	5.061	Passivos de arrendamento	14 (b) 375.333	301.013
Total do ativo não circulante	134.593	185.000	Tributos a recolher	18 (a) 3.698	3.128
Investimentos	11 2.439	2.154	Provisão para contingências	24 (a) 3.847	10.396
Imobilizado	12 1.030.118	905.843	Imposto de renda diferido passivo	22 (a) 133.659	62.845
Direito de uso	14 (a) 396.845	344.615	Total do passivo não circulante	718.814	1.019.087
Intangível	13 356.151	375.207	Total do passivo	905.008	1.248.818
Total do ativo	2.599.704	2.274.473	Patrimônio líquido	1.964.314	1.561.870
			Capital social	(2.640)	-
			Ajuste de avaliação patrimonial	(266.978)	(536.215)
			Prejuízos acumulados	1.694.696	1.025.655
			Total do patrimônio líquido	2.599.704	2.274.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2022		1.561.870	-	(522.824)	1.039.046
Prejuízo do exercício		-	-	(13.391)	(13.391)
Saldos em 31 de março de 2023		1.561.870	-	(536.215)	1.025.655
Aumento de capital	20 (a)	402.444	-	-	402.444
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting (i)		30.1(e)	(2.640)	-	(2.640)
Lucro líquido do exercício		-	-	269.237	269.237
Saldos em 31 de março de 2024		1.964.314	(2.640)	(266.978)	1.694.696

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de hedge accounting e efeitos de instrumentos derivativos contratados pela Companhia, conforme Notas 2.6 e 30.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023
Crédito das liquidações já realizadas	-	As parcelas liquidadas (tranche A) do plano antigo, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março de 2027.
Criação do saldo teórico	-	Considera-se o saldo inicial do plano mais o valor de juros capitalizados até 31/12/2025, sem abater os valores já pagos nos planos, antigo e/ou atual, tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano.
Amortizações extraordinárias	-	Será apurado nos fechamentos da safra, a partir de 31/03/2023, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, e o valor será abatido das últimas parcelas nos termos do referido aditivo.

Com as alterações ocorridas, as dívidas da Tranche A nas condições originais do Plano foram extintas, e foi registrada uma nova dívida com as novas condições aprovadas no aditivo. O impacto líquido nomenou das alterações encontra-se registrado no resultado financeiro e está assim representado:

Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023	Impacto líquido
293.026	278.417	14.609

Ela para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido por uma cotação independente realizada pela Companhia, a qual se aproxima com as de benchmarkas de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia é a mesma utilizada para a troca de controle direto da Companhia, a Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (iii) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle da Companhia e das demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (iv) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (v) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (vi) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (vii) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (viii) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (ix) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (x) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas, para a troca do controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos os créditos e débitos da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora

impairment, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do impairment.	**2.15. Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.	**2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.	**2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa atenuada de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do risco e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo, e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.	**2.18. Provisões para processos judiciais:** A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.	**2.19. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados na data do balanço em que a Companhia gera lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicadas para cálculo dos impostos correntes e diferidos seguem a legislação vigente sendo, atualmente, 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.	**2.20. Reconhecimento de receita:** a) **Venda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por impairment é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida da receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.	**2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuirem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou valor material não foram encadrados no escopo da norma.	**2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.	**2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).	**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados respectivos reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:	**a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) Perda por impairment estimada quando do ativo é vendido:	**Perda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2024 da Atvos Bioenergia Eldorado S.A. (anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
Ágio sobre investimentos (i)	135.696	-	-	-	-	135.696	
Demais intangíveis:							
Outorga e leilão de energia (ii)	259.012	-	-	(19.745)	-	239.267	
Software	267	-	-	(228)	-	39	
Software em desenvolvimento	120	22	-	-	-	142	
Licenças ambientais	71	-	-	(8)	-	63	
(i) Os ágios provenientes combinações de negócios em anos anteriores, apresentados no ativo intangível, são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.11 (a). (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER").							
Redução ao valor recuperável do ágio: De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ágios são agrupados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") correspondentes. Em 31 de março de 2024, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 5 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2024):							
Taxa de crescimento real na perpetuidade descontado	3,00%	11,41%					
Unidades Geradoras de Caixa	Eldorado						
Saldo em 1º de abril de 2022	209.851	3.697	94.332	5.467	313.347		
Adições por novos contratos e remuneração (i)	99.651	243	17.927	2.046	119.867		
Pagamentos efetuados	(73.892)	(2.508)	(24.600)	(4.644)	(105.644)		
AproPRIAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS-AVP	21.016	221	9.573	890	31.700		
Baixas	(6.244)	(751)	-	-	(6.995)		
Saldo em 31 de março de 2023	250.382	902	97.232	3.759	352.275		
Adições por novos contratos e remuneração (i)	120.704	10.667	13.269	(1)	144.639		
Pagamentos efetuados	(78.417)	(3.504)	(25.158)	(3.647)	(10.726)		
AproPRIAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS-AVP	39.681	2.995	15.315	204	58.195		
Baixas	(14.118)	(3)	-	(22)	(14.143)		
Saldo em 31 de março de 2024	318.232	11.057	100.658	293	430.240		
(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.							
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			
A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:	752.039	(355.194)	396.845	344.615			
Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável							
Taxas de desconto		1,2%					
Margem LAJIDA		3,5%					
14. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março de 2024 e 2023, os direitos de uso são representados por:							
31/03/2024 31/03/2023							
Amortização	Custo	acumulado	Líquido	Líquido			
Terrás arrendadas (parcerias agrícolas)	548.407	(254.342)	294.065	244.806			
Demais ativos	203.632	(100.852)	102.780	99.809			</

(iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com valor em risco depreciado de R\$46.423; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado; (v) D&O (Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e /ou Conselheiros), com limite máximo de indenização de R\$150.000 (apólice primária + excesso); (vi) Responsabilidade civil ambiental durante o transporte de produtos, com limite máximo indenizável de R\$ 1.000; (vii) Transporte Nacional, com valor em risco de R\$594.968; (viii) Seguro garantia, com valor em risco de R\$32.483; (ix) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética, com limite máximo de indenização de R\$5.000; (x) danos aos projetos de engenharia, com limite máximo segurável de R\$ 117.111; e (xi) responsabilidade civil de obras, com limite máximo indenizável de R\$ 5.000. A Administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação da razoabilidade dos seguros contratados não é escopo do trabalho dos auditores.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar e etanol estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alcance de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de especificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de hedge. **30.1. Riscos de mercado:** a) **Risco cambial:** A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. O Grupo Atvos está exposto diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e diárias contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americano, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de ("NDFs - Non deliverable forwards") e/ou contratos de swaps. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. **Ativos e passivos expostos à variação cambial:** O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

	Milhares de US\$ 31/03/2024 equivalentes
Ativo circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	366 73
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	111.212 22.259
Instrumentos financeiros derivativos	30.229 6.050
Total dos ativos	141.807 28.382
Passivo circulante e não circulante	
Instrumentos financeiros derivativos	16.124 3.227
Total dos passivos	16.124 3.227
Subtotal ativo (passivo)	125.683 25.155
Exposição líquida ativa	125.683 25.155